

Justiça restringe o leilão da Fazenda Remonta e proíbe repasse ao vencedor

Decisão da 2ª Vara Federal proíbe entrega da área ao vencedor e obriga alerta a compradores a um dia do leilão

Por **Moara Semeghini**

A véspera do leilão da Gleba B da Fazenda Remonta foi marcada por uma reviravolta jurídica. A 2ª Vara Federal de Campinas concedeu liminar parcial que proíbe a transferência de posse e a atribuição do imóvel ao eventual vencedor do leilão agendado pela Fundação Habitacional do Exército (FHE) para esta sexta-feira (31), com lance mínimo de R\$ 90 milhões.

A decisão atende a uma ofensiva jurídica de entidades ambientalistas e parlamentares, concedida no âmbito de uma ação movida pela Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies (Proesp) e de uma Ação Popular que tentam suspender definitivamente a venda. O despacho do juiz federal José Luiz Paludetto também obriga a União e a FHE a notificarem formalmente todos os participantes da licitação sobre a existência das disputas judiciais e os riscos jurídicos que envolvem o terreno.

Na prática, a determinação impede que o arrematante



PREFEITURA DE VALINHOS/DIVULGAÇÃO

A 2ª Vara Federal de Campinas concedeu liminar parcial que proíbe a transferência de posse e a atribuição da Fazenda Remonta ao vencedor do leilão agendado pela Fundação Habitacional do Exército para esta sexta; lance mínimo é de R\$ 90 milhões

tome posse ou receba a escritura até o julgamento do mérito. O magistrado ressaltou que a alienação sob condição suspensiva, sem a conclusão da transferência formal da União para a FHE, exige cautela para evitar danos irreversíveis e garantir a utilidade do processo.

O leilão envolve a privatização da maior área verde pública contínua da zona urbana regional. Localizada na divisa entre Campinas e Valinhos, a Gleba B da antiga Coudelaria possui 162 hectares (1,6 milhão de metros quadrados). A mobilização aponta irregularidades no edital e alerta para os riscos de agravamento de enchentes, ilhas de calor e surtos de epide-

mias caso o terreno seja loteado. O terreno preserva trechos contínuos de Mata Atlântica, nascentes e bacias de drenagem, funcionando como um “ar-condicionado natural” e corredor ecológico vital entre a Floresta Estadual Serra d’Água, em Campinas, e a Estação Ecológica de Valinhos. O ecossistema abriga árvores nobres da flora nativa, como perobas e jacarandás, além de fauna silvestre que inclui desde jaguatiricas, cutias e seriemas até espécies ameaçadas de extinção, como a onça-parda e o lobo-guará.

A articulação que resultou no pedido de liminar envolveu a Proesp, representada pelo advogado Leonar-

do Pillon, além de mandatos parlamentares, entre eles os vereadores Wagner Romão (PT-Campinas) e Marcelo Yoshida (PT-Valinhos), e a deputada federal Juliana Cardoso (PT-SP). A decisão contou também com a mobilização da sociedade civil em Valinhos e em Campinas, um abaixo-assinado, liderado pela Adunicamp (Associação de Docentes da Unicamp), que já conta com 10.982 assinaturas, e a mobilização dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente de Campinas e de Valinhos.

Para Wagner Romão, a decisão cria um forte entrave comercial para o leilão pro-

movido pela FHE, embora a mobilização ainda busque a suspensão total do certame. “A Justiça concedeu uma vitória importante. Qualquer pessoa ou particular que vença o leilão não poderá ter o usufruto da área, que continua sendo patrimônio inalienável da União. Isso dificulta ainda mais um leilão que já era suspeito, porque nenhum comprador vai colocar dinheiro em um terreno do qual não poderá dispor prontamente”, avaliou. Segundo ele, a manutenção da sessão de lances mantém a área sob pressão do mercado imobiliário, o que eleva os riscos de degradação ambiental e especulação.

Romão aponta sobrecarga e falta de médicos no CS Carvalho de Moura

Por **Moara Semeghini**

A situação do Centro de Saúde (CS) Carvalho de Moura gerou cobranças sobre a atenção primária à saúde na região Sul de Campinas. Após visitar a unidade, o vereador Wagner Romão (PT) publicou uma denúncia apontando sobrecarga na estrutura física, falta de equipes do Saúde da Família, ausência de pediatras e escassez de médicos psiquiatras. Em resposta, a Prefeitura negou o déficit de profissionais e revelou que busca um terreno para construir uma nova sede para

o posto. Segundo o parlamentar, o CS atende uma área extensa que abrange desde a região do Royal até o bairro São Domingos, incluindo zonas rurais e o limite com o município de Valinhos. Segundo ele, essa amplitude faz com que muitos moradores enfrentem longas distâncias e dificuldades de transporte público para conseguir atendimento.

Romão afirmou ainda que o prédio atual não suporta o crescimento da demanda e não possui espaço físico para expansão. Entre os gargalos citados pelo parlamentar está



CARLOS BASSAN/PREFEITURA DE CAMPINAS

Centro de Saúde Carvalho de Moura: cobranças na atenção primária à saúde

a presença de apenas um psiquiatra para todo o distrito Sul, além de deficiências nas equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) e na área de pediatria, cobrando respostas diretas do Executivo municipal.

Em nota, a Secretaria de

Saúde contestou as alegações de falta de pessoal e informou que a unidade atende atualmente com três equipes completas da Estratégia Saúde da Família, com o reforço de um médico residente e dois enfermeiros residentes. A pasta

destacou que o atendimento na unidade conta com o suporte de uma Equipe Multidisciplinar, composta por quatro médicos, terapeuta ocupacional, farmacêutica, psicóloga, fisioterapeuta e dois residentes (das áreas de nutrição e fisioterapia).

Quanto ao atendimento em Saúde Mental, a Secretaria informou que o cuidado é realizado pela equipe multidisciplinar com apoio de dois psiquiatras, e não apenas um, além de contar com o suporte de toda a rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do município.

Sobre as limitações do espaço físico apontadas na denúncia, a secretaria informou que já está na fase de prospecção e busca de um terreno para a construção de um novo Centro de Saúde para a comunidade.